

OPTIMIZE PORTUGAL GOLDEN OPPORTUNITIES FUND

FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO



RELATÓRIO E CONTAS

PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE

2022



OPTIMIZE

Investment Partners

Índice

1	Relatório de Gestão	3
1.1	Enquadramento geral da atividade no primeiro semestre de 2022	4
1.2	Características principais do Fundo	9
1.3	Evolução do fundo	10
2	Balanço e Demonstrações Financeiras	13
2.1	Balanço em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021	14
2.2	Contas Extrapatrimoniais em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021	15
2.3	Demonstração dos Resultados em 30 de junho de 2022 e 2021	16
2.4	Demonstração dos Fluxos de Caixa em 30 de junho de 2022 e 2021	17
3	Divulgações	18
3.1	Divulgações anexas às Demonstrações Financeiras	19
4	Certificação das Contas.....	25

| 1 RELATÓRIO DE GESTÃO

1.1 Enquadramento geral da atividade no primeiro semestre de 2022

MERCADOS FINANCEIROS NO 1º SEMESTRE DE 2022

INFLAÇÃO: FAST AND FURIOUS

1.º SEMESTRE 2022

No início do ano, a inflação já prometia ser o elefante na sala. Contudo, o espoletar da guerra na Ucrânia, agravou este sentimento, passando de um conceito temporário para um ciclo inflacionista mais duradouro. A agravar o espetro da inflação esteve ainda o fecho de importantes cidades chinesas, afetando o acesso aos seus portos internacionais, no que é um bloqueio dos principais elos do comércio internacional. Foi a tempestade perfeita para os agentes económicos, especialmente os mais expostos ao comércio global. As matérias-primas acabaram por ser as principais contribuidoras para os picos inflacionistas, com destaque para as energéticas, pelo embargo do Ocidente a um dos principais fornecedores mundiais de petróleo e gás natural, principalmente para a Europa. Os preços das matérias-primas alimentares seguiram a mesma trajetória, uma vez que a Ucrânia é um dos principais produtores mundiais de cereais, e tem o fluxo congestionado desde a invasão russa ao seu território. No fundo, estamos perante uma inflação provocada pela quebra da oferta que já vinha do ano passado, originada pelas várias interrupções nas cadeias de abastecimento e agravada neste início do.

EUA

Nos EUA, a inflação tem sido a principal dor de cabeça dos seus líderes. Para contrariar esta tendência, a FED já iniciou o ciclo de subidas da taxa de juro, por enquanto em 6 níveis, passando de 0,25% para 1,75%. Esta reação mais *hawkish* (ou agressiva), vem na sequência dos números de inflação acima das suas projeções. Na reunião de julho é esperado que as taxas subam mais 0,75%, para os 2,5%, sendo esperado que até ao fim do ano se situe nos 3,5%. É esperado que ao longo do ano de 2023, a curva de taxas de juro possa ser aligeirada para um nível mais "normalizado". Estas políticas mais restritivas, que visam arrefecer a procura para reequilibrar os níveis de inflação, estão a aumentar o cenário de uma recessão para 2023.

No final do ano vamos ter as eleições intercalares, com a administração Biden a assumir a pretensão de manter a maioria em pelo menos uma das câmaras. Este cenário tem perdido força, tendo em conta os índices de popularidade diminuídos ao longo dos últimos meses.

As decisões políticas na segunda metade do ano vão ser decisivas para a evolução económica e consequentemente para o sufrágio no final do ano.

EUROPA

A inflação também é a grande dor de cabeça na zona euro, especialmente pela sua maior dependência ao gás e petróleo russo. O embargo à Rússia tem obrigado a zona euro a procurar fontes alternativas de energia e a acelerar a transformação energética para fontes limpas. O BCE, perante o pico inflacionista de 8,6%, assumiu o início da subida da taxa de juro na próxima reunião de julho em 0,25% ou 1 nível, e na reunião de setembro poderá subir mais 0,5% ou 2 níveis, sendo que anteriormente era esperado para setembro não passar de uma subida de apenas 0,25%. Esta alteração nas expectativas teve um forte impacto no agravamento do custo da dívida dos países mais endividados, com Itália a atingir os 4,2% na sua emissão de 10 anos, valores preocupantes, que obrigaram o BCE a reunir de emergência acabando por decidir por um programa de redução de ativos *ad-hoc*, leia-se pretendem continuar a suportar a dívida dos países mais condicionados. Este anúncio acabou por ter um efeito no imediato nas dívidas destes países, com Itália a regressar aos 3,3%.

Em termos políticos, Macron conseguiu a reeleição presidencial, mas com uma margem muito diminuta face à oponente Marine Le Pen. Esta curta margem, refletiu-se nas recentes eleições legislativas, com o seu partido a perder a maioria absoluta, sendo a primeira vez nos últimos 20 anos que um presidente francês perde a maioria absoluta, obrigando-o a fazer acordos com os seus oponentes com a pretensão de manter a sua agenda reformista.

JAPÃO

No Japão, as fortes medidas de confinamento, o enfraquecimento da procura externa e aumento dos preços da energia tiveram um efeito negativo na procura interna do país. Contudo, a celeridade provocada pelos estímulos monetários e governamentais, conseguiram recuperar parte da procura interna. As famílias e empresas mais afetadas pelas várias medidas restritivas assim como as indústrias mais penalizadas pelas interrupções nas cadeias de distribuição estão a ser apoiados pelos estímulos governamentais.

MERCADOS EMERGENTES

Os mercados emergentes tiveram um ano bem divergente dos quais destacamos os 2 polos menos sincronizados. Por um lado, as economias mais relacionadas às matérias-primas, como o Brasil, apresentaram um desempenho extremamente positivo nos primeiros meses, contudo acabaram por sofrer fortes correções, acompanhando desta forma a queda dos preços das matérias-primas na 2ª metade deste período. Por outro lado, os índices chineses, iniciaram o ano bastante condicionados, em plena tempestade perfeita. O maior peso regulatório, as fortes medidas de confinamento em importantes cidades, a crise no imobiliário e as revisões em baixa das suas metas de crescimento levaram a economia chinesa a sentir a um forte abrandamento. Entretanto, o número de novas infeções de Covid-19 desceu drasticamente, permitindo uma reabertura progressiva de importantes cidades ao consumo e a reabertura dos seus portos marítimos ao comércio internacional. Para facilitar a recondução do presidente Xi Jinping no congresso do partido comunista chinês a ter lugar no último trimestre do ano, deverão ser tomadas políticas pró-mercado, ou seja, de apoio à atividade empresarial e investimento no país devendo ser um catalisador para uma melhoria dos mercados acionistas globais.

CRESCIMENTO ECONÓMICO MUNDIAL (REAL E PREVISIONAL)

	2019	2020	2021	2022 (P)	2023 (P)
Mundo	2,9%	-3,1%	6,1%	3,6%	3,6%
Zona Euro	1,6%	-6,4%	5,3%	2,8%	2,3%
Alemanha	1,1%	-4,6%	2,8%	2,1%	2,7%
França	1,8%	-8,0%	7,0%	2,9%	1,4%
Itália	0,5%	-9,0%	6,6%	2,3%	1,7%
Espanha	2,1%	-10,8%	5,1%	4,8%	3,3%
Portugal	2,7%	-8,4%	4,9%	4,0%	2,1%
Estados Unidos	2,3%	-3,4%	5,7%	3,7%	2,3%
Canadá	1,9%	-5,2%	4,6%	3,9%	2,8%
Japão	-0,2%	-4,5%	1,6%	2,4%	2,3%
Reino-Unido	1,7%	-9,3%	7,4%	3,7%	1,2%
China	6,0%	2,2%	8,1%	4,4%	5,1%
Índia	3,7%	-6,6%	8,9%	8,2%	6,9%
Brasil	1,2%	-3,9%	4,6%	0,8%	1,4%
Rússia	2,2%	-2,7%	4,7%	-8,5%	-2,3%

Fonte: FMI

AÇÕES: RECEIOS DE ENTRADA DE UM CICLO ECONÓMICO RECESSIVO

A primeira metade do ano de 2022, vai certamente ser referenciada nas próximas décadas, tendo registado o pior início de ano dos últimos 50 anos no S&P500, 60 anos do Dow Jones e de sempre do Nasdaq. O Eurostoxx 50 terminou o semestre com uma performance negativa de 19,6%. Países mais sólidos do ponto de vista económico e orçamental como a França e a Alemanha tiveram um comportamento na mesma linha, o CAC -17,2% e o DAX -19,5%. Nos países periféricos, apenas Portugal contrariou esta tendência, terminado o semestre a subir 8,5%. Já Espanha e Itália seguiram a tendência negativa da maioria dos índices mundiais com desempenhos de -7,1% e -22,1%, respetivamente. Nos Estados-Unidos, as principais bolsas tiveram desempenhos negativos. O Nasdaq desvalorizou 29,5%, o S&P500 20,6% e o Dow Jones desceu 15,3%. O dólar atenuou estes números com uma apreciação de 8,5% face ao euro.

No Japão, o Nikkei 225 deslizou 8,3%.

No Reino-Unido, o FTSE 100 teve uma descida mais ligeira, terminando o semestre com um desempenho de -2,9%, agravada com uma depreciação de 2,3% da libra face ao euro no mesmo período.

Os países emergentes, na sua generalidade obtiveram um comportamento negativo, com o Índice MSCI Emerging Markets a descer 18,8%, arrastado pela generalidade dos seus constituintes e exclusão do mercado russo de negociação. Exceção para o índice brasileiro iBovespa, que apesar da queda de 6% no período, foi compensado pela apreciação do real face ao dólar. Nos mercados fronteira, o índice MSCI Frontier Markets obteve uma descida de 19,5%.

PERFORMANCE DOS PRINCIPAIS ÍNDICES BOLSISTAS NO 1º SEMESTRE 2022 (MOEDA LOCAL / EURO)

		Moeda Local	Euro
Brasil	BOVESPA	-6,0%	8,6%
Rússia	MOEX	-41,8%	-14,2%
Estados Unidos	S&P 500	-20,6%	-13,7%
Austrália	ASX 200	-11,8%	-9,0%
Japão	NIKKEI 25	-8,3%	-16,0%
China	HANG SENG	-6,6%	0,8%
Reino-Unido	FTSE	-2,9%	-5,1%
França	CAC 40	-17,2%	-17,2%
Alemanha	DAX	-19,5%	-19,5%
Zona Euro	EUROSTOXX 50	-19,6%	-19,6%
Espanha	IBEX 35	-7,1%	-7,1%
Portugal	PSI 20	8,5%	8,5%
Itália	MIB	-22,1%	-22,1%

Dados Bloomberg, moeda local / Euros

OBRIGAÇÕES: RECALIBRAMENTO DAS TAXAS DE JUROS DÃO NOVA VIDA ÀS OBRIGAÇÕES

O mercado obrigacionista apresenta quedas historicamente elevadas, sendo a classe de ativos, com declínios mais expressivos relativamente ao perfil de risco dos seus investidores. O início da reversão das políticas acomodatórias está a ser mais agressivo do que o antecipado, com a inflação a ditar o ritmo de subidas da taxa de juro por parte dos Bancos Centrais, alastrando à generalidade das obrigações, mesmo às consideradas sem risco. Por exemplo, as obrigações do tesouro alemão e americano a 10 anos registaram uma performance de -12%. Significa isto que tiveram um forte recalibramento no rendimento proporcionado aos investidores, com as Bunds a 10 anos a remunerarem 1,25%, comparando com os -0,22% de há 6 meses. O seu congénere americano passou de 1,5% para 3%.

No Reino Unido, as *yields* terminaram o semestre em 2,2%.

YIELDS DAS OBRIGAÇÕES DO TESOIRO A 10 ANOS

	31 de dezembro de 2021	30 de junho de 2022
Estados Unidos	1,5%	3,0%
Alemanha	-0,2%	1,3%
França	0,2%	1,9%
Itália	1,2%	3,3%
Espanha	0,6%	2,4%
Portugal	0,5%	2,4%
Grécia	1,3%	3,6%
Reino-Unido	1,0%	2,2%
Suíça	-0,1%	1,1%

Dados Bloomberg

MATÉRIAS-PRIMAS: A ESCALADA DA INFLAÇÃO A IMPOR O RITMO

O Índice S&P GS Commodity Index, indexante que reflete a performance das principais matérias-primas obteve uma performance de 26,4%, para este comportamento muito contribuiu a performance positiva de 40,6% do peso pesado petróleo. Ativos considerados de refúgio, o ouro e a prata tiveram um comportamento negativo, terminando o semestre a desvalorizar 1,2% e 13% respetivamente.

EVOLUÇÃO DAS MATÉRIAS-PRIMAS (YTD)

Nome	Índice	30 de junho de 2022
Commodity	S&P GS Commodity Index	26,4%
Petróleo	WTI Crude Oil	40,6%
Ouro	Gold	-1,2%
Prata	Silver	-13,0%
Milho	Corn	25,4%
Cobre	Copper	-16,8%
Alumínio	Aluminum	-13,2%
Gas Natural	Natural Gas	16,6%
Soja	Soy beans	26,1%

Dados Bloomberg

DIVISAS: DÓLAR, O REFÚGIO

No que diz respeito às divisas, o dólar acabou por ser um dos principais refúgios da queda generalizada dos ativos financeiros. Deste modo, destacamos apreciação de 8,5% do dólar face ao euro, e também da moeda brasileira, beneficiando da forte exposição às *commodities*, permitiu o real apreciar 15% face ao euro. No lado das depreciações destaque para a libra e o iene japonês a deslizarem 2,3% e 8% respetivamente face ao euro.

DESEMPENHO DO FUNDO NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2022

No primeiro semestre de 2022, o fundo Optimize Portugal Golden Opportunities Fund registou uma evolução positiva, fechando o período com um valor da unidade de participação de 10,9486€, no último dia de junho. Assim sendo, a performance registada no primeiro semestre de 2022 foi de 9,5%, com uma volatilidade de 5,1% (nível de risco: 4).

O fundo Portugal Golden Opportunities Fund foi criado em 31 de dezembro de 2021 não existindo por isso mais informação histórica disponível sobre a sua performance.

1.2 Características principais do Fundo

Entidade Gestora	Optimize Investment Partners SGOIC, S.A. Avenida Fontes Pereira de Melo n.º 21 4.º 1050-116 Lisboa Capital social de 450.771,71 € Contribuinte n.º 508 181 321
Início de Atividade do fundo	31 de Dezembro de 2021
Política de Rendimentos	Não distribui rendimentos
Comissão de Gestão	1,80 %
Comissão de Depositário	0,10 %(*)
Entidade Depositária	Banco de Investimento Global
Objetivo do fundo	O Objetivo do Fundo, enquanto fundo harmonizado multi-ativos, é proporcionar aos participantes a valorização do investimento a longo prazo através de um investimento balanceado em diversas classes de ativos líquidos com um foco predominante em Portugal, investindo pelo menos 60% do seu património em ações de sociedades sediadas em Portugal e pelo menos 80% do seu património em ações ou títulos de dívida de empresas sediadas em Portugal ou cotadas na Euronext Lisbon ou títulos de dívida pública emitidos pelo Estado Português ou outras entidades públicas.
Política de investimento	O fundo tem uma política de investimento diversificada, essencialmente através ações (ou obrigações convertíveis, ou fundos de ações) e títulos de dívida (pública ou privada), no âmbito dos limites de investimento definidos. O Fundo poderá ter uma exposição máxima aos mercados de ações até 100% do seu valor líquido global, assegurando direta ou indiretamente uma exposição de pelo menos 60% do seu valor líquido aplicado em ações.

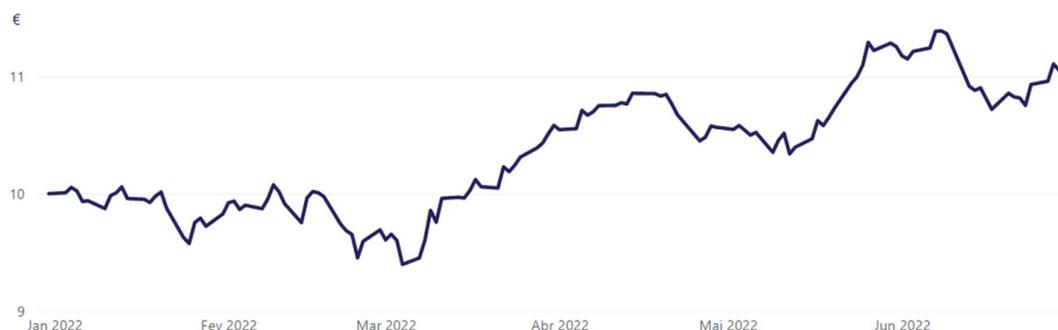
(*) Valor máximo de 0,10% ao ano. Este valor pode ser de 0,09% ao ano caso os ativos sob gestão da Optimize custodiados no BiG sejam superiores a 150.000.000€.

1.3 Evolução do fundo

EVOLUÇÃO HISTÓRICA

O fundo não adota parâmetro de referência.

GRÁFICO DE EVOLUÇÃO COMPARADA DESDE INÍCIO DO FUNDO



PERFORMANCES, VOLATILIDADES E NÍVEIS DE RISCO DESDE INÍCIO DO FUNDO

Ano	Performance	Volatilidade	Risco
1º semestre 2022	9,5%	5,1%	4
2021	0,0%	0,0%	-

O fundo iniciou a sua atividade em 31 de Dezembro de 2021

ALOCAÇÃO DE ATIVOS

REPARTIÇÃO POR CLASSE DE ATIVOS EM 30 DE JUNHO DE 2022

Ações	81,90%
Liquidez	18,10%

REPARTIÇÃO GEOGRÁFICA EM 30 DE JUNHO DE 2022

Portugal	80,2%
Espanha	1,7%

PRINCIPAIS POSIÇÕES DO FUNDO

PRINCIPAIS POSIÇÕES EM 30 DE JUNHO DE 2022

Galp Energia	83.887,50	8,5%
Ibersol SGPS SA	80.388,00	8,2%
Jerónimo Martins	77.775,00	7,9%
EDP	73.903,20	7,5%
NOS	49.868,00	5,1%
Sonae SGPS	45.083,50	4,6%
Altri	44.590,00	4,5%
CTT	44.304,00	4,5%
Corticeira Amorim	43.296,00	4,4%
Mota - Engil	41.752,00	4,2%
NOVABASE SGPS SA	41.140,00	4,2%
Greenvolt	41.035,05	4,2%
BCP	36.300,00	3,7%
Navigator	28.770,00	2,9%
Redes Energ. Nacion.	28.750,00	2,9%

HISTÓRICO DE UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO E CUSTOS

HISTÓRICO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO NOS ÚLTIMOS 5 ANOS

Ano	VLG	UP em circulação	Valor UP
1º semestre 2022	984.687	89.936,99410	10,9486
2021	651.000	65.100,00000	10,0000

Valores em 31 de dezembro ou 30 de junho (ou em último dia útil de dezembro ou de junho)

O fundo iniciou a sua atividade em 31 de Dezembro de 2021, não apresentando por isso informação histórica anterior a 2021.

HISTÓRICO DE CUSTOS NOS ÚLTIMOS 3 ANOS

	2022	2021
Comissão de Gestão *	7.856	0
Comissão de Depósito *	393	0
Custos de Transação	2.056	0
Comissões suportadas pelos participantes	0	0
Comissões de Subscrição	0	0
Comissões de Resgate	0	0
Proveitos	168.674	0
Custos	90.420	0
Valor Líquido Global	984.687	0

Dados a 30 de junho de 2022 e 2021

* Em 2022, o total da comissão de gestão e depósito inclui o valor de imposto do selo

O quadro supra apresenta a evolução do Fundo no decorrer dos últimos três anos de atividade, no que concerne ao VLG, comissões suportadas pelo Fundo e pelos Participantes, bem como total de proveitos e custos.

O fundo iniciou a sua atividade em 31 de Dezembro de 2021, não apresentando por isso informação histórica.

EVENTOS SIGNIFICATIVOS NO PERÍODO

Como é do conhecimento generalizado, no dia 11 de março de 2020 a OMS declarou o surto do novo coronavírus, designado COVID-19 como pandemia.

Durante o último ano verificaram-se constrangimentos da atividade económica mundial com reflexo na redução do PIB, obrigando os Bancos Centrais e governos a implementarem planos de estímulos sem paralelo na história. Já em 2022, o processo de vacinação em curso, permitiu adotar um tom mais otimista e proceder à reabertura e normalização da economia, muito embora as novas variantes continuem a constituir um fator de incerteza. Consideramos que apesar da volatilidade vivida nos mercados financeiros e da incerteza ainda persistente, com potencial impacto significativo nas rentabilidades dos Organismos de Investimento Coletivo, a Optimize enquanto sociedade gestora, tomou medidas de minimização dos riscos tendo presente as circunstâncias do fundo, aumentando pontualmente a sua liquidez ou reduzindo a sua exposição ao mercado acionista, de acordo com as perspetivas de evolução da economia mundial.

Face ao exposto, consideramos que as circunstâncias excecionais acima apresentadas não colocam em causa a continuidade das operações e a solidez financeira do fundo Portugal Golden Opportunities Fund – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto.

EVENTOS SUBSEQUENTES A 30 DE JUNHO DE 2022

Não existem eventos subsequentes no período em causa.

Pela Administração da Optimize Investment Partners SGOIC SA

Lisboa, 24 de agosto de 2022

2 BALANÇO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Balanço em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

						EUR							EUR
Código	ATIVO	Nota	2022			2021		Código	CAPITALE PASSIVO	Nota	2022	2021	
			Ativo Bruto	+	-	Ativo líquido	Ativo líquido						
	Outros ativos							Capital do OIC					
32	Ativos fixos tangíveis das SIM		0	0	0	0	0	61	Unidades de Participação	1	899.370	651.000	
33	Ativos intangíveis das SIM		0	0	0	0	0	62	Variações Patrimoniais	1	7.063	0	
	Total de outros ativos das SIM		0	0	0	0	0	64	Resultados Transitados	1	0	0	
	Carteira de títulos							65	Resultados Distribuídos		0	0	
21	Obrigações		0	0	0	0	0	67	Dividendos antecipados das SIM		0	0	
22	Ações	3	780.243	58.449	34.324	804.368	0	66	Resultado líquido do exercício	1	78.254	0	
23	Outros títulos de capital		0	0	0	0	0		Total do capital do OIC		984.687	651.000	
2411	OICVM de obrigações		0	0	0	0	0						
2412	OICVM de ações		0	0	0	0	0						
2414	OICVM de tesouraria		0	0	0	0	0	48	Provisões acumuladas				
2413	Outros OICVM		0	0	0	0	0	481	Provisões para encargos		0	0	
25	Direitos	3	320	1.764	0	2.084	0		Total de provisões acumuladas		0	0	
26	Outros instrumentos de dívida		0	0	0	0	0						
	Total da carteira de títulos		780.563	60.213	34.324	806.453	0		Terceiros				
	Outros ativos							422	Rendimentos a pagar aos participantes		0	0	
31	Outros ativos		0	0	0	0	0	423	Comissões a pagar	17	1.952	0	
	Total de outros ativos		0	0	0	0	0	424+...+429	Outras contas de credores	17	39.556	0	
	Terceiros							43	Empréstimos obtidos		0	0	
41+519-559	Contas de devedores	17	30.628	0	0	30.628	0	44	Pessoal		0	0	
421	Resgates pendentes de regularização		0	0	0	0	0	46	Acionistas		0	0	
	Total dos valores a receber		30.628	0	0	30.628	0		Total dos valores a pagar		41.509	0	
	Disponibilidades								Acréscimos e diferimentos				
11	Caixa		0	0	0	0	0	55	Acréscimos de custos		0	0	
12-43	Depósitos à ordem	3	189.115	0	0	189.115	651.000	56	Receitas com proveito diferido		0	0	
13	Depósitos a prazo e com pré-aviso		0	0	0	0	0	58	Outros acréscimos e diferimentos		0	0	
14	Certificados de depósito		0	0	0	0	0	59	Contas transitórias passivas		0	0	
18	Outros meios monetários		0	0	0	0	0		Total de acréscimos e diferimentos passivos		0	0	
	Total das disponibilidades		189.115	0	0	189.115	651.000						
	Acréscimos e diferimentos								Total do Capital do OIC e do Passivo		1.026.196	651.000	
51	Acréscimos de proventos		0	0	0	0	0						
52	Despesas com custo diferido		0	0	0	0	0						
58	Outros acréscimos e diferimentos		0	0	0	0	0						
59	Contas transitórias ativas		0	0	0	0	0						
	Total de acréscimos e diferimentos ativos		0	0	0	0	0						
	Total do Ativo		1.000.307	60.213	34.324	1.026.196	651.000						
	Número total de unidades de participação em circulação		89.936,99				65.100,00		Valor unitário da unidade de participação		10,9486	10,0000	

2.2 Contas Extrapatrimoniais em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

EUR

EUR

Código	DIREITOS SOBRE TERCEIROS	2022	2021	Código	RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS	2022	2021
	Operações Cambiais				Operações Cambiais		
911	À vista	0	0	911	À vista	0	0
912	A prazo (Forwards cambiais)	0	0	912	A prazo (Forwards cambiais)	0	0
913	Swaps cambiais	0	0	913	Swaps cambiais	0	0
914	Opções	0	0	914	Opções	0	0
915	Futuros	0	0	915	Futuros	0	0
	Total	0	0		Total	0	0
	Operações Sobre Taxas de Juro				Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)	0	0	921	Contratos a prazo (FRA)	0	0
922	Swap de taxa de juro	0	0	922	Swap de taxa de juro	0	0
923	Contratos de garantia de taxa de juro	0	0	923	Contratos de garantia de taxa de juro	0	0
924	Opções	0	0	924	Opções	0	0
925	Futuros	0	0	925	Futuros	0	0
	Total	0	0		Total	0	0
	Operações Sobre Cotações				Operações Sobre Cotações		
934	Opções	0	0	934	Opções	0	0
935	Futuros	0	0	935	Futuros	0	0
	Total	0	0		Total	0	0
	Compromissos de Terceiros				Compromissos com Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)	0	0	941	Subscrição de Títulos	0	0
944	Valores recebidos em garantia	0	0	942	Operações a prazo (reporte de valores)	0	0
945	Empréstimos de títulos	0	0	943	Valores cedidos em garantia	0	0
	Total	0	0		Total	0	0
	Total dos direitos	0	0		Total das Responsabilidades	0	0
99	Contas de Contrapartida	0	0	99	Contas de Contrapartida	0	0

2.3 Demonstração dos Resultados em 30 de junho de 2022 e 2021

EUR					EUR				
Código	CUSTOS E PERDAS	Nota	2022	2021	Código	PROVEITOS E GANHOS	Nota	2022	2021
	Custos e Perdas Correntes					Proveitos e Ganhos Correntes			
	Juros e custos equiparados					Juros e proveitos equiparados			
711+...718	De operações correntes		29	0	812+813	Da carteira de títulos e outros ativos		0	0
719	De operações extrapatrimoniais		0	0	811+814+817+818	De operações correntes		4	0
	Comissões e taxas				819	De operações extrapatrimoniais		0	0
722+723	Da carteira de títulos e outros ativos		2.056	0		Rendimento de títulos e outros ativos			
724+725+726+727+728	Outras operações correntes		8.623	0	822+823+824+825	Da carteira de títulos e outros ativos		36.224	0
729	De operações extrapatrimoniais		0	0	829	De operações extrapatrimoniais		0	0
	Perdas em operações financeiras					Ganhos em operações financeiras			
732+733	Na carteira de títulos e outros ativos		79.118	0	832+833	Na carteira de títulos e outros ativos		132.446	0
731+734+738	Outras operações correntes		0	0	831+834+837+838	Outras operações correntes		0	0
739	Em operações extrapatrimoniais		0	0	839	Em operações extrapatrimoniais		0	0
	Impostos					Reposição e anulação de provisões			
7411+7421	Imposto sobre o rendimento de capitais e incrementos patrimoniais		62	0	851	Provisões para encargos		0	0
7412+7422	Impostos indirectos		405	0					
7418+7428	Outros impostos		128	0					
75	Provisões do exercício								
751	Provisões para encargos		0	0	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes		0	0
77	Outros Custos e Perdas Correntes		0	0					
	Total dos custos e perdas correntes (A)		90.420	0		Total dos proveitos e ganhos correntes (B)		168.674	0
79	Outros Custos e Perdas das SIM		0	0	89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		0	0
	Total dos outros custos e perdas das SIM (C)		0	0		Total dos proveitos e ganhos das SIM (D)		0	0
	Custos e Perdas Eventuais					Proveitos e Ganhos Eventuais			
781	Valores incobráveis		0	0	881	Recuperação de incobráveis		0	0
782	Perdas extraordinárias		0	0	882	Ganhos extraordinários		0	0
783	Perdas imputáveis a exercícios anteriores		0	0	883	Ganhos imputáveis a exercícios anteriores		0	0
788	Outros custos e perdas eventuais		0	0	888	Outros proveitos e ganhos eventuais		0	0
	Total dos custos e perdas eventuais (E)		0	0		Total dos proveitos e ganhos eventuais (F)		0	0
63	Imposto sobre o rendimento do exercício		0	0					
66	Resultado líquido do período (positivo)		78.254	0	66	Resultado líquido do período (negativo)		0	0
	TOTAL		168.674	0		TOTAL		168.674	0
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos		87.496	0	F - E	Resultados Eventuais		0	0
8x9 - 7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais		0	0	B + D + F - A - C - E + 74	Resultados Antes de Impostos		78.848	0
B - A	Resultados Correntes		78.254	0	B+D+F-A-C- E+7411/8+7421/8	Resultado Líquido do Período		78.254	0

2.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa em 30 de junho de 2022 e 2021

	2022	2021
EUR		
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
Recebimentos:		
Subscrição de unidades de participação	255.433	0
Pagamentos:		
Resgates de unidades de participação	0	0
Fluxo das operações sobre unidades do OIC	255.433	0
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS		
Recebimentos:		
Venda de títulos e outros ativos	1.006.502	0
Reembolso de títulos	0	0
Rendimento de títulos e outros ativos	24.789	0
Juros e proveitos similares recebidos	0	0
Outros recebimentos relacionados com a carteira	4	0
Pagamentos:		
Compra de títulos e outros ativos	1.739.336	0
Juros e custos similares pagos	0	0
Comissões de bolsas suportadas	0	0
Comissões de corretagem	1.965	0
Outras taxas e comissões	187	0
Outros pagamentos relacionados com a carteira	0	0
Fluxo das operações da carteira de títulos	-710.192	0
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
Recebimentos:		
Operações cambiais	0	0
Operações sobre cotações	0	0
Margem inicial em contratos de futuros e opções	0	0
Outros recebimentos em operações a prazo e de divisas	0	0
Pagamentos:		
Operações cambiais	0	0
Operações sobre cotações	0	0
Margem inicial em contratos de futuros e opções	0	0
Outros pagamentos em operações a prazo e de divisas	0	0
Fluxo das operações a prazo e de divisas	0	0
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE		
Recebimentos:		
Juros de depósitos bancários	4	0
Outros recebimentos correntes	0	0
Pagamentos:		
Comissão de gestão	6.092	0
Comissão de depósito	171	0
Juros devedores de depósitos bancários	29	0
Impostos e taxas	838	0
Outros pagamentos correntes	0	0
Fluxo das operações de gestão corrente	-7.126	0
Saldo dos fluxos de caixa do período	-461.885	0
Disponibilidades no início do período	651.000	0
Disponibilidades no fim do período	189.115	0

| 3 DIVULGAÇÕES

3.1 Divulgações anexas às Demonstrações Financeiras

(Valores expressos em euros)

BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantido de acordo com o plano de contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecidos pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta instituição, no âmbito das competências que lhe são atribuídas através da Lei n.º 16/2015, de 24 de Fevereiro.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercício, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do seu recebimento ou pagamento. Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e Taxas”.

VALORIZAÇÃO DA CARTEIRA DE TÍTULOS E DA UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO

- a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do Valor Líquido Global pelo número de unidades de participação em circulação. O Valor Líquido Global é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.
As 14h30 horas representam o momento relevante do dia para:
 - Efeitos de valorização dos ativos que integram o património do Fundo (incluindo instrumentos derivados) tendo em conta o critério escolhido para efeitos de valorização dos ativos que irão compor a carteira do Fundo;
 - A determinação da composição da carteira que irá ter em conta todas as transações efetuadas até esse momento.
- b) O valor das unidades de participação será publicado diariamente;
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo dado pela Bloomberg.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionados para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.
- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência;
- f) Não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.

- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
- o valor médio das ofertas de compra e de venda firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade gestora, caso as mesmas se apresentem em condições normais de mercado. Caso não se verifiquem as condições referidas, a valorização terá em conta o valor médio das ofertas de compra;
 - Na impossibilidade de aplicação do referido acima, recorrer-se-á a modelos de avaliação utilizados e reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado;
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.

REGIME FISCAL

O Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de Janeiro, procedeu à reforma do regime de tributação dos Organismos de Investimento Coletivo (OIC), a qual foi aplicado a partir de 1 de Julho de 2015, nas seguintes condições:

- IRC nos OIC: os OIC passam a apurar um resultado fiscal, correspondente ao resultado líquido do exercício, o qual não deve considerar os seguintes rendimentos, e gastos ligados aos mesmos rendimentos de capitais (artigo 5.º do CIRS), rendimentos prediais (artigo 8.º CIRS) e mais ou menos-valias (artigo 10.º do CIRS), exceto se provenientes de paraísos fiscais, Rendimentos, incluindo os descontos, relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os OIC's. Os prejuízos fiscais podem ser deduzidos aos lucros tributáveis futuros, no prazo de 12 anos, com o limite (atual) de 70% do lucro. Sobre a matéria coletável é aplicada a taxa geral do IRC (atualmente, 21%). Os OIC estão isentos de derrama municipal e derrama estadual. Caso aplicável, é devida tributação autónoma sobre os encargos elegíveis, às taxas gerais. Não existe obrigação de efetuar retenção na fonte quanto aos rendimentos obtidos pelos OIC.
- IR aos Participantes: Retenção IR na fonte aos participantes aquando da distribuição ou resgate de rendimentos, às taxas atuais, no caso de participantes residentes, de 28% (pessoas singulares) e de 25% (pessoas coletivas). No caso de não residentes, se não residente num paraíso fiscal, está prevista uma isenção para os rendimentos de unidades de participação em Fundos de Investimento Mobiliário.
- Imposto de Selo: os OIC abrangidos pelo regime do novo 22.º do EBF são sujeitos passivos de imposto do selo, passando a haver tributação trimestral de 0,0125%, incidente sobre a média dos valores comunicados à CMVM ou divulgados pelas entidades gestoras, com exceção do valor de ativos relativos a UP de OIC abrangidos pelo novo 22.º do EBF.

NOTA 1 - NÚMERO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EMITIDAS, RESGATADAS E EM CIRCULAÇÃO NO PERÍODO EM REFERÊNCIA, BEM COMO A COMPARAÇÃO DO VLG E DA UP E FACTOS GERADORES DAS VARIAÇÕES OCORRIDAS:

NÚMERO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EMITIDAS, RESGATADAS E EM CIRCULAÇÃO EM 30 DE JUNHO DE 2022

	Saldo em 31.12.2021	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultado líquido do exercício	Saldo em 30.06.2022
Valor base	651.000	248.370	0	0	0	0	899.370
Diferença para o valor base	0	7.063	0	0	0	0	7.063
Resultados acumulados	0	0	0	0	0	0	0
Resultado líquido do exercício	0	0	0	0	0	78.254	78.254
	651.000	255.433	0	0	0	78.254	984.687
Número de unidades de participação	65.100,00	24.837,00	0,00				89.936,99
Valor da unidade de participação	10,0000	10,2844	0,0000				10,9486

PARTICIPANTES EM 30 DE JUNHO DE 2022

	Participantes em 30.06.2022
Superior a 25%	0
De 10% a 25%	5
De 5% a 10%	0
De 2% a 5%	1
De 0,5% a 2%	5
Inferior a 0,5%	13
Total	24

VALOR LÍQUIDO GLOBAL E NÚMERO DE UP

Ano	Meses	Valor Líquido Global	Valor da Unidade de Participação	Número de U.P.'s em circulação
2022	Março	840.172	10,5822	79.395,21717
	Junho	984.687	10,9486	89.936,99410
2021	Dezembro	651.000	10,0000	65.100,00000

A 30/6/2022 o fundo Optimize Portugal Golden Opportunities não atinge o limite mínimo de valor líquido global de 1.250.000€ do organismo de investimento coletivo definido do Regime Geral dos OICs, tendo tal facto sido comunicado à CMVM. A Optimize Investment Partners espera que este montante seja atingido até ao final de 2022.

NOTA 3 - INVENTÁRIO DA CARTEIRA EM 30 DE JUNHO DE 2022

INVENTÁRIO EM 30 DE JUNHO DE 2022

Ativo	Valor Aquisição	Mais Valias	Menos Valias	Valor Carteira	Juros corridos	Soma
1- VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
11-Mercado Capitais						
112-Títulos de Renda Variável						
1121-Ações						
Alfri	32.464	12.126	0	44.590	0	44.590
BCP	38.192	0	1.892	36.300	0	36.300
Corticeira Amorim	41.415	1.881	0	43.296	0	43.296
CTT	61.791	0	17.487	44.304	0	44.304
EDP	80.097	0	6.194	73.903	0	73.903
EDP Renovaveis	0	0	0	0	0	0
Mota - Engil	45.722	0	3.970	41.752	0	41.752
Galp Energia	80.530	3.357	0	83.888	0	83.888
Grenergy Renovables	16.839	101	0	16.940	0	16.940
Greenvolt	31.667	9.368	0	41.035	0	41.035
Ibersol SGPS SA	69.475	10.913	0	80.388	0	80.388
Jerónimo Martins	72.947	4.828	0	77.775	0	77.775
NOVABASE SGPS SA	44.571	0	3.431	41.140	0	41.140
NOS	44.599	5.269	0	49.868	0	49.868
Navigator	25.263	3.507	0	28.770	0	28.770
Ramada Inv Ind	15.112	0	1.294	13.818	0	13.818
Redes Energ. Nacion.	25.848	2.902	0	28.750	0	28.750
Semapa	12.825	0	57	12.768	0	12.768
Sonae SGPS	40.887	4.196	0	45.084	0	45.084
Sub-total	780.243	58.449	34.324	804.368	0	804.368
1123-Direitos						
11231-Dir. Subs. Acções						
Greenvolt - Rights	320	1.764	0	2.084	0	2.084
Sub-total	320	1.764	0	2.084	0	2.084
Total	780.563	60.213	34.324	806.453	0	806.453

DISCRIMINAÇÃO DA LIQUIDEZ DO FUNDO EM 30 DE JUNHO DE 2022

Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Caixa	0	0	0	0
Depósitos à ordem	651.000	1.286.734	1.748.619	189.115
Depósitos a prazo e com pré-aviso	0	0	0	0
Certificados de depósito	0	0	0	0
Outras contas de disponibilidades	0	0	0	0
Total	651.000	1.286.734	1.748.619	189.115

NOTA 4 - CRITÉRIOS UTILIZADOS NA VALORIZAÇÃO DA CARTEIRA

Os critérios utilizados na valorização da carteira do OIC são descritos no parágrafo "Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas".

NOTA 10 - RESPONSABILIDADES DE E COM TERCEIROS A 30 DE JUNHO DE 2022

Em 30 de junho de 2022, o fundo não apresenta responsabilidades de e para com terceiros.

NOTA 11 - QUADRO DE EXPOSIÇÃO AO RISCO DE CÂMBIO

POSIÇÕES CAMBIAIS ABERTAS A 30 DE JUNHO DE 2022

Não existem posições cambiais em 30 de junho de 2022.

NOTA 12 - QUADRO DE EXPOSIÇÃO AO RISCO TAXA DE JURO

Em 30 de junho de 2022, o fundo não tem exposição direta ao risco de taxa de juro, por estar exclusivamente investido em ações e direitos.

NOTA 13 - QUADRO DE EXPOSIÇÃO AO RISCO DE COTAÇÕES

EXPOSIÇÃO AO RISCO DE COTAÇÕES A 30 DE JUNHO DE 2022

Ações e Valores Similares	Montante (Euro)	Extra-patrimoniais		Saldo
		Futuros	Opções	
Ações	804.368	0	0	804.368
Fundos e ETF de Ações	0	0	0	0
Fundos e ETF de Obrigações	0	0	0	0
Fundos Mistos	0	0	0	0
Total	804.368	0	0	804.368

NOTA 14 - QUADRO DE EXPOSIÇÃO AO RISCO DE DERIVADOS

EXPOSIÇÃO AO RISCO DE DERIVADOS A 30 DE JUNHO DE 2022

	2022		2021	
VAR com derivados	0	0,00%	0	0,00%
VAR sem derivados	44.172	4,49%	0	0,00%
VLG do Fundo	984.687		651.000	

Dados em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

NOTA 15 – TABELA DE CUSTOS

CUSTOS IMPUTADOS A 30 DE JUNHO DE 2022

Custos	Valor	%VLG
Comissão de Gestão Fixa *	7.856	0,928%
Comissão de Depósito *	393	0,046%
Taxa de Supervisão	300	0,035%
Custos de Research	0	0,000%
Custos de Auditoria	0	0,000%
Outros Custos Correntes	141	0,017%
TOTAL	8.690	
TAXA ENCARGOS CORRENTES (TEC)		1,027%

* Inclui o valor de imposto do selo

NOTA 17 – OUTRA INFORMAÇÃO RELEVANTES DO OIC

TERCEIROS – ATIVO

	2022	2021
Juros a receber de depósitos ordem	0	0
Imposto a recuperar	0	0
Margens iniciais em operações Futuros	0	0
Ajustes de margens em operações de Futuros	0	0
Operações de bolsa a regularizar	30.628	0
Outros valores pendentes de regularização	0	0
	30.628	0

TERCEIROS – PASSIVO

	2022	2021
Subscrições pendentes	0	0
	0	0
Comissão de gestão a pagar	1.520	0
Comissão de auditoria	0	0
Comissão de depósito a pagar	216	0
Taxa de supervisão	100	0
Custos Research	0	0
Imposto do Selo	117	0
	1.952	0
Ajustes de margens em operações de Futuros	0	0
Operações de bolsa a regularizar	39.556	0
Imposto a liquidar sobre dividendos	0	0
	41.509	0

ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS – ATIVO

	2022	2021
Proveitos a receber de:		
Juros de obrigações	0	0
Imposto sobre UP's detidas em fundos não isentos	0	0
Outros Acréscimos de Proveitos	0	0
Despesas com custo diferido	0	0
Outros acréscimos e diferimentos		
Operações cambiais a liquidar	0	0
Operações sobre cotações	0	0
	0	0

ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS - PASSIVO

	2022	2021
Taxa de supervisão	0	0
Taxa IES	0	0
Outros acréscimos de custos	0	0
	0	0

O Contabilista Certificado

A Administração

4 CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Optimize Portugal Golden Opportunities Fund - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (o "OIC") sob gestão da Optimize Investment Partners - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. ("Entidade Gestora"), que compreendem o Balanço em 30 de junho de 2022 (que evidencia um total de 1 026 196 euros e um total do capital do OIC de 984 687 euros, incluindo um resultado líquido de 78 254 euros), a Demonstração dos resultados, e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de 6 meses findo naquela data, e as Divulgações anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Optimize Portugal Golden Opportunities Fund - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (o "OIC") sob gestão da Optimize Investment Partners - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 30 de junho de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de 6 meses findo naquela data de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários em Portugal.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme apresentado no parágrafo "Histórico de Unidades de Participação nos últimos 5 anos" do Relatório de gestão e na Nota 1 das Divulgações anexas às demonstrações financeiras, o Valor Líquido Global do OIC em 30 de junho de 2022 ascende a 984 687 euros, não atingindo o montante mínimo estabelecido no Artigo 16º nº1 alínea a) do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo (1 250 000 euros). A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Valorização da carteira de investimentos

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
<p>A carteira de investimentos, conforme discriminado na Nota 3 das Divulgações anexas às demonstrações financeiras, representa, à data de 30 de junho de 2022, cerca de 79% do valor do ativo.</p> <p>Conforme referido no parágrafo “Valorização da carteira de títulos e da unidade de participação” incluído nas “Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas” apresentadas nas Divulgações anexas às demonstrações financeiras, os investimentos financeiros encontram-se valorizados ao seu valor de mercado, em conformidade com o Regulamento de Gestão, que tem por base o disposto no Regulamento CMVM nº 2/2015.</p> <p>Desta forma, esta matéria foi considerada uma matéria relevante de auditoria face à materialidade dos valores envolvidos e ao grau de julgamento subjacente à seleção da base de mensuração para cada natureza de investimentos, da qual poderão resultar variações nos montantes registados nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de auditoria realizados destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none">• Avaliação do sistema de controlo interno subjacente ao processo de valorização diária da carteira de títulos;• Avaliação sobre a adequacidade das metodologias e pressupostos utilizados face ao normativo regulamentar e legal;• Recálculo do valor de mercado com recurso a fontes de informação de preços externas e sua comparação com os preços utilizados pela Entidade Gestora, analisando quaisquer diferenças significativas, e• Avaliação sobre a adequação das divulgações do OIC considerando o referencial contabilístico aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários em Portugal;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Órgão de Gestão da Entidade Gestora;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão de Gestão da Entidade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém,

acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade Gestora descontinue as atividades do OIC;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo

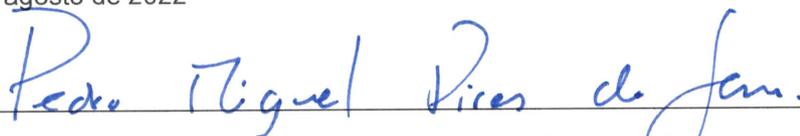
Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015 de 24 de fevereiro, devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- O adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do Organismo de Investimento Coletivo;
- A adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do Organismo de Investimento Coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral e aos ativos mobiliários;
- O controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- O controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação; e

- O cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 31 de agosto de 2022



Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas nº1930 e registado na CMVM com nº 20190019)